

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 18 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1998

A CIDADE E O COTIDIANO DO SEU MORADOR*

Carmem Lúcia Costa**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo a compreensão do espaço urbano, com ênfase para o papel do Estado e do trabalhador na produção deste. O trabalho discute o Estado como representante da classe detentora dos meios de produção e do capital que programa o espaço urbano. Uma das muitas formas de programação do espaço urbano pelo Estado é o planejamento do morar, e tais políticas são discutidas como um terrorismo.

O trabalhador, por sua vez, tem sua moradia e seu cotidiano programados de acordo com uma lógica que lhe é estranha. Mas, ao produzir o espaço, apropria-se dele, transforma-o e constrói o lugar. O trabalho procura analisar a construção do lugar a partir do espaço programado, enfocando o papel do trabalhador e suas estratégias de sobrevivência no espaço programado à sua revelia.

UNITERMOS: Cidade / Lugar

ABSTRACT

This text has the objective to comprehend the urban space giving special attention to the state and worker's paper on it's production. The work discuss the state as representative of the class that dominates the means of

* Parte da dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de Goiás sob orientação da Dr. Lana de S. Cavalcanti.

** Professora do Departamento de Geografia do Campus Avançado de Catalão - UFG.

production and capital that programs the urban space. One of the many ways of urban space's programming by the state is the living programming. Being these politics discuss like terrorism. The worker, by this time, has your dwelling and your everyday programmed following a logic strange to him. But, producing the space, use, transform it and build the place. This text try to analyze the construction of this place from the programmed space, focusin the worker's paper and yours suviving strategies on the programmed space in your own way.

KEY WORDS: City / Place

1. - A CIDADE: LUGAR DO CAPITAL E DO CIDADÃO

Na sociedade capitalista, a cidade torna-se o palco das atividades industriais e o comércio intensifica-se, produto de uma divisão do trabalho que concentra nas cidades as atividades terciárias e secundárias e, como consequência, os homens, fascinados pelas possibilidades da cidade. Nesse mesmo processo, eles são expulsos dos seus lugares no campo pelo capital.

Com as transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, consolidou-se o modo de vida urbano, um modo de vida que exigia mudanças de comportamentos, costumes, idéias. O estilo de vida urbano é marcado pela automação dos atos, pela homogeneização, pela programação do tempo e do espaço de forma racional. A convivência de pessoas, de idéias, de sentimentos diferentes faz parecer que a cidade contém o mundo! Um mundo confuso de muitas crenças e muitas línguas. A proximidade, o convívio cotidiano, os encontros, os desencontros. Por onde ir, quando ir, com quem ir – a cidade precisa de regras. O carro, o ônibus, a calçada, as ruas, as praças. A cidade parece ser o lugar dos encontros, mas revela-se como lugar da solidão entre a multidão.

Mas a cidade é também o lugar das possibilidades. A possibilidade da alegria, do consumo, do convívio social, da apropriação, da luta pelos direitos, da cidadania, da construção dos lugares, dos homens, do *homo urbanus*.

Da cidade do século XIX para a do final do século XX muitos fatos aconteceram na história da cidade capitalista e muita coisa mudou, desde as formas urbanas até o urbano como um todo. Hoje, de acordo

com dados da ONU, cerca de 80% da população mundial vivem nas cidades, que respondem pela maioria da produção de tudo o que é consumido no mundo. E as estimativas apontam uma população urbana de cerca de 95% para o século XXI. Como resultado dessas mudanças, assistiu-se à consolidação de um modo de vida urbano que a cada dia torna-se mais acelerado. Com um número crescente de moradores, a cidade carece de planos para organizar os fixos e fluxos que sustentam toda a estrutura econômica, social e política da atual sociedade. Nesse contexto, o papel do planejador urbano torna-se de grande importância, no sentido de buscar uma melhor qualidade de vida nas cidades de todo o mundo. Resta saber a que interesses atender, uma questão de escolha política.

Desde a revolução industrial, muitas foram as transformações promovidas pelo capital para a manutenção do modo de produção capitalista, superando assim as suas crises cíclicas, causadas ora por grande produção, ora por recessão. Fordismo, keynesianismo, toyotismo são formas de organização das relações de trabalho e, conseqüentemente, da vida que foram responsáveis pela manutenção dos interesses da classe burguesa. Atualmente, a flexibilização da economia e o projeto neoliberal que substituiu o Estado do Bem-Estar Social sobrecarrega o trabalhador com despesas em saúde, educação e moradia, além de exigir dele uma constante qualificação e uma diversidade de especializações. A automação, o avanço tecnológico e um desenvolvimento econômico pequeno em relação aos padrões capitalistas são fatores apontados como responsáveis pelo agravamento de um problema deste final de século: o desemprego, que nos últimos vinte anos vem ganhando características estruturais. Do fordismo, no qual o trabalhador era um complemento da máquina na produção em massa, a produção passou a ser regida por um modelo mais flexível no qual se espera que o trabalhador tenha opinião, tome decisões e assuma riscos, mesmo que fique apavorado. Tal quadro exige mão-de-obra altamente qualificada e criativa, intuitiva, uma vez que hoje o computador faz as atividades que não exigem criatividade com mais qualidade e rapidez do que qualquer trabalhador. Mas criatividade e intuição foram reprimidas durante anos nos trabalhadores

(tornados autômatos no processo produtivo), que agora precisam se “modernizar”.

Neste contexto de grandes transformações, algumas coisas pouco mudaram: a cidade continua a ser o espaço do capital, isto é, continua a ser um valor de troca. Mais ainda, na opinião de Carlos (1984, p. 84):

A cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho(...), é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço.

Mas, para que a cidade cumpra bem o seu papel de espaço do capital, proporcionando um ritmo constante do ciclo produção—distribuição, é necessário uma organização do espaço colocando cada elemento em seu lugar: a indústria, o comércio, o escritório, a escola, o pobre, o rico. Assim, a cidade apresenta uma paisagem fragmentada, em função da divisão do trabalho. Por outro lado, é um espaço muito bem articulado para atender a interesses do capital, embora tenha que articular também os interesses do trabalhador. Em função disso, a cidade apresenta-se como o lugar dos contrastes, dos conflitos de classe, da riqueza e da miséria. Desta forma, o planejamento das cidades para atender aos interesses do capital é de fundamental importância para a sociedade de consumo e realiza-se com a participação dos agentes produtores do espaço, que adotam estratégias de programação do espaço, da informação, da circulação, dos homens e das idéias com o objetivo de manter a harmonia do reino da mercadoria, no qual o consumo reina e modifica valores. As estratégias de programação da vida, do espaço e da cidade apresentam-se como um *terror difuso* que impõe regras aleatórias, contribuindo ainda mais para a não-apropriação da cidade de forma igualitária; um terror que permeia todas as relações, o terror do planejamento do trânsito, das terras, dos bairros, dos horários, do morar, do lazer.

O terror não se localiza, ele nasce do conjunto e do pormenor; o 'sistema' (se é que se pode falar de sistema) segura cada membro e

o submete ao conjunto, isto é, a uma estratégia, a uma finalidade escondida, a objetivos que somente os poderes de decisão conhecem, mas que ninguém questiona verdadeiramente (Lefebvre, 1991, p. 158).

É o terror que organiza, nos mínimos detalhes, o cotidiano do homem moderno, mantendo-o inserido na sociedade burocrática de consumo dirigido (1991, p. 158), na qual instituições como o Estado, a igreja, a escola, a família, entre outras, disseminam o terror através da mídia e programam o consumo. O homem, por não conhecer os mecanismos da estratégia terrorista, tem sua vida controlada em todas as esferas do cotidiano: o trabalho, o vestir, o lazer, o morar, o não-morar. Tal estratégia terrorista organiza a cidade de forma perversa, colocando os interesses do capital acima das necessidades do homem, excluindo uma parcela considerável da cidade e, ao mesmo tempo, através da ideologia do consumo, incluindo-os em espaços e mercados que não interessam aos que podem pagar por algo melhor. Aos que possuem dinheiro, todo o *glamour* do consumo; aos que não podem pagar, o terror, o consumo dos signos via mídia, a luta pela sobrevivência, a necessidade, o consumo limitado e programado.

A cidade, assim, é marcada pelo terror do planejamento que planeja/determina o lugar dos fixos e dos fluxos em seu espaço e mantém a harmonia da sociedade burocrática de consumo dirigido. Assim, as ruas, as calçadas, os prédios, as praças, o bairro e a casa são planejados. Tal planejamento não é neutro, uma vez que atende a interesses de uma determinada classe, cujo Estado é a instituição representativa.

2. O ESTADO E O TERROR DO PLANEJAMENTO

Como já foi dito anteriormente, muitas são as instituições que contribuem para a instalação do terror difuso. O Estado possui o poder legítimo para legislar e executar as ações que programam o espaço, sempre sofrendo pressão dos diversos segmentos da população e da classe que detém o capital. Lefebvre (1976, p. 140) fala da importância do Estado como agente programador do espaço urbano e chama a

atenção para o caráter político desse espaço e do compromisso do Estado com a burguesia para essa programação. Nas suas palavras:

As classes atualmente no poder tratam hoje em dia por todos os meios de servirem-se do espaço como se fosse um instrumento. Instrumento com várias finalidades: dispersar a classe trabalhadora, reparti-la nos lugares a ela designados – organizar os diversos fluxos, subordinando-os a regras institucionais –, subordinar, conseqüentemente, o espaço ao poder – controlar o espaço e reger de forma absolutamente tecnocrática as relações de produção capitalistas.

Não é necessário ser um observador muito atento ou possuir conhecimentos científicos para perceber a presença do Estado em toda a cidade: nos serviços, na infra-estrutura, nas leis zonais, na arrecadação e distribuição de impostos e benfeitorias. O lugar do comércio, da produção, do lazer, do morar, tudo é determinado pelo poder público, que regulamenta o uso do solo urbano e cumpre um papel essencial na exclusão daqueles que não podem pagar pela cidade. Um exemplo disso é a segregação residencial que separa os homens na cidade de acordo com sua renda, cada um morando em uma parcela de espaço predeterminada.

Mas o Estado é uma instituição que, além de atender aos interesses dos agentes de produção da cidade, tem necessidade de atender também aos grupos excluídos, administrando a luta de classes, atendendo a interesses diversos e muitas vezes contraditórios. A classe burguesa pressiona o Estado no sentido de beneficiar a maximização da rentabilidade e retorno de investimentos. Em sua lógica, o solo urbano é visto como fonte de renda, valor de troca. A classe trabalhadora, por sua vez, pressiona o Estado (se bem que com menos poder) no sentido de melhorar suas condições vida. Em sua lógica, o solo urbano é visto como fonte de vida, valor de uso. Diante de tal quadro o Estado adota estratégias que, mesmo atendendo às exigências dos trabalhadores, sempre revertem em ganhos para o capitalista. Isto representa um terrorismo intrigante: mesmo ao final de uma batalha por melhorias na sua condição de vida, o trabalhador vê sua conquista se voltar contra ele.

É o caso, por exemplo, das lutas pela pavimentação em bairros de periferia. Uma vez conseguida, o preço a pagar revela-se um elemento de lucros para algum capitalista e de exclusão do trabalhador, que não terá como pagar esse preço. Esse é, por sinal, um dos mecanismos de produção da segregação urbana.

Nesse jogo de interesses está a lógica do planejamento urbano que é implantado pelo Estado na busca da racionalização do espaço urbano como valor de troca. Ao mesmo tempo, esse Estado sofre pressões de grupos pela sobrevivência. É assim que planejar pode acabar sendo um ato terrorista de legitimar tecnicamente estratégias políticas excludentes.

Mas o terror do planejamento estatal não pára por aí. Ele se revela no posicionamento "neutro" de alguns planejadores que, com base em dados estatísticos – algumas vezes distorcidos –, idealizam uma cidade, um bairro, uma casa que não correspondem às reais necessidades do cidadão. Eis aí o planejamento estatal como estratégia terrorista, concebida à revelia do homem, norteados pelos interesses da *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Trata-se de um planejamento desconhecido dos futuros moradores, um planejamento que programa, organiza, impõe uma uniformidade que controla a vida, o cotidiano do trabalhador, que abre ou fecha as portas da cidade para ele.

Tudo cronometrado, planejado para enquadrar o trabalhador num espaço perverso, o que contribui para empobrecer a relação do homem com o seu lugar, para fazê-lo acreditar que é apenas um habitante, um mero ocupante do espaço. Muitos são os exemplos de tais estratégias, porém considero que a programação do morar em bairros planejados, com as casas todas iguais, representa um terrorismo por demais cruel: a tentativa da padronização do cotidiano, a imposição da igualdade na diversidade.

3. O TERROR DA HABITAÇÃO PROGRAMADA

Dadas as condições do modo de produção capitalista, morar nas cidades não é uma tarefa fácil para todos. Quando se pode pagar, a

cidade oferece belas casas com muito espaço, apartamentos seguros e confortáveis, muito verde, limpeza, silêncio, todas as infra-estruturas públicas e, às vezes, uma bela visão panorâmica do mar, da floresta, do pôr-do-sol. Mas, mesmo para essa parcela dos cidadãos, a cidade não esconde sua outra face: poluição, problemas de trânsito, violência em cada rua, miséria em cada esquina. Por mais altos que sejam os muros construídos pelos ricos, não podem salvá-los da cidade perversa.

Para os trabalhadores que não possuem dinheiro suficiente para pagar pela boas coisas da cidade, esta é ainda mais perversa: a distância entre o trabalho e a casa percorrida cotidianamente em ônibus lotados, a falta de segurança, de dinheiro, de alimentos, de saúde, de moradia. São tantos os problemas que fazem parte da vida do trabalhador urbano! Mesmo trabalhando duro, alguns sequer conseguem pagar por um lugar para morar e se abrigam sob pontes, viadutos ou mesmo ao relento. Tal quadro é facilmente encontrado nas grandes cidades. Diante de tal quadro, Alves (1993, p. 56) nos fala da importância da casa própria:

Para uma grande maioria da nossa população, porém, trilhar o caminho (ou descaminho) da casa própria não significa nem mesmo uma opção por melhor qualidade de vida. Na realidade não se trata de morar bem, num lugar bom, de forma decente e adequada – garantias que sociedades mais justas e equilibradas oferecem normalmente ao cidadão. Trata-se de ficar livre do aluguel, da remoção violenta, não importando se em melhores ou piores condições do que as atuais.

Nas cidades pequenas e médias, os problemas – entre eles, o da moradia – mudam de intensidade, de ritmo, mas não de conteúdo . Não é raro encontrar casebres miseráveis e nenhuma infra-estrutura em bairros periféricos de cidades do interior do Brasil. Em algumas cidades, a miséria é tão grande que falta de comida a saneamento básico. Em outras, os problemas de trânsito, de transporte coletivo, de abastecimento de água, de energia elétrica e outros serviços necessários ao bem-estar dos cidadãos já fazem parte do cotidiano dos moradores, assim como a violência, o medo, a insegurança, que, como problemas sociais, crescem a cada dia.

A vida na cidade pequena é menos agitada que nas grandes metrópoles. A individualidade ainda não abalou as relações de vizinhança, de solidariedade, e as pessoas conseguem manter práticas que são raras nas grandes metrópoles, como, por exemplo, sentar à porta de casa no final da tarde. Mas os problemas da estrutura capitalista, como o da moradia, fazem parte do dia-a-dia dessas cidades.

No Brasil, onde o déficit habitacional hoje é de cerca de 8 milhões de moradias (Ribeiro e Azevedo, 1996, p. 14), a casa própria faz parte dos anseios de grande parte dos trabalhadores. Não se trata apenas da busca do *status* de proprietário, mas também da luta pela segurança que representa o ter para onde voltar no final de cada dia de trabalho. Mas o estatuto de propriedade privada do solo urbano limita o acesso a um imóvel por parte do trabalhador. Alguns são excluídos do consumo de uma casa e ocupam os mais variados lugares, não apenas nas grandes cidades. Hoje, nas médias e pequenas cidades, existem muitas famílias morando em casas improvisadas. Outras têm uma casa financiada pela qual pagarão durante 25 anos. Alguns têm casa doada por governos, que freqüentemente cobram alguma coisa por ela, como, por exemplo, o voto. Outros são segregados para áreas distantes do local de trabalho, sem escola e outras infra-estruturas.

Em tal contexto, as pressões por melhores condições de moradia e o interesse em fazer desse trabalhador um consumidor criam um impasse: como tornar acessível a casa própria ao trabalhador sem que haja aumentos nos gastos com a força de trabalho?

No início do século, nas nascentes cidades industriais brasileiras, uma solução encontrada foi a construção das vilas operárias. Tais vilas era construídas pelos industriais, próximas às fábricas. Eram bem servidas de infra-estrutura e o aluguel era descontado no salário que era sempre mais baixo, pois os patrões alegavam que os trabalhadores não tinham gastos com transporte. Como afirma Alves (1993, p. 57):

Embora não fossem tão comuns no Brasil, as vilas representaram, na época, uma das mais modernas e eficientes táticas capitalistas no sentido de fixar o trabalhador na indústria e controlar o seu

comportamento, garantindo a estabilidade da mão-de-obra e, conseqüentemente, a continuidade e o ritmo do processo produtivo.

A vila operária deixou de ser uma boa estratégia com o crescimento da cidade, a especulação imobiliária e o aumento do exército industrial de reserva. O fim da construção de vilas operárias fez com que a programação do morar passasse a ser tarefa dos promotores imobiliários, que segregavam os trabalhadores em bairros distantes do centro. Até a década de 1960, o Estado brasileiro não adotou uma política habitacional e os trabalhadores enfrentavam problemas em todas as cidades: nas grandes, as favelas, e nas médias e pequenas, os casebres miseráveis.

Neste período, proliferaram as favelas, cortiços e bairros não-legalizados, sem nenhuma infra-estrutura. Muitas famílias foram segregadas para áreas onde eram péssimas as condições de vida. Após a Segunda Guerra Mundial, cresceu o debate sobre a crise ou questão da moradia no Brasil, que, de acordo com Ribeiro e Azevedo (1996, p. 22), “faz referência, por um lado, ao forte crescimento da população urbana e, por outro, às dificuldades econômicas (sobretudo, financeiras) das empresas em se modernizarem para atender a esta crescente demanda.”

A política que surge no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, como alternativa aos problemas vividos pela economia em recessão, caracteriza-se pela atuação do Estado como agente que custeava uma parcela dos gastos do trabalhador com saúde, educação, lazer, moradia etc. Para garantir o fluxo do capital imobiliário, os conjuntos habitacionais espalharam-se pelas cidades capitalistas gerando empregos e investimentos, além de moradia.

No Brasil, foi o governo militar – que assumiu o poder através de um golpe – que formulou a primeira política habitacional para todo o país. Tal política foi adotada em um contexto de repressão, violência, arrocho e perdas salariais, no qual a programação e o controle da vida do trabalhador eram levadas ao extremo. O Estado, então, adotou uma política para promover o desenvolvimento da construção civil e do mercado imobiliário, com o Estado assumindo para si o financiamento das infra-estruturas. Ao mesmo tempo, a política tinha como objetivo oferecer ao trabalhador – oprimido e explorado – uma espécie de

recompensa: a possibilidade de aquisição da casa própria, um sonho que anos mais tarde se revelaria um pesadelo. Além da importância objetiva da casa própria, como já vimos acima, o governo militar tratou de inculcar nela um valor subjetivo, trabalhando a propriedade como sinônimo de *status* na vida do brasileiro nas telenovelas, no rádio, nos jornais etc.

Na realidade, a casa servia bem mais ao propósito de manter o trabalhador preso à sociedade burocrática de consumo dirigido, à propriedade, confortando-o, conformando-o, tornando-o, senão um aliado do sistema, pelo menos um não-revoltado, conforme nos fala Nassif apud Habert (1992, p. 20):

O *status* de proprietário dá ao trabalhador um senso elevado de responsabilidade, levando-o a fazer todos os sacrifícios e a empenhar seus esforços para mantê-lo. De revoltado contra a ordem social, o beneficiário passará a ser um sustentáculo dela, um homem que acredita na ascensão social.

A ideologia de valorização da casa própria foi mais uma dentre as muitas estratégias terroristas de manutenção do trabalhador preso aos sistema programado e à sua condição de explorado.

Como parte dessa política, o governo militar criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), que financiava casas populares em 25 anos para famílias com renda comprovada de 3 ou mais salários mínimos. Os recursos para o financiamento dos conjuntos habitacionais provinham do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que captava 8% do salário do trabalhador, e de pequenas poupanças. Ou seja, em última instância o próprio trabalhador pagava pelas casas do BNH, que nem sempre serviam para abrigar a sua família, uma vez que não foram construídos apenas conjuntos habitacionais mas também mansões, apartamentos de luxo e até obras faraônicas. Isso demonstra que, na prática, a política habitacional teve um “caráter redistributivo às avessas pois baseou-se num sistema financeiro formado de capitais sub-remunerados, oriundos de pequenos poupadores (cadernetas de poupança) e de recursos dos assalariados (FGTS)”. (Ribeiro e Azevedo 1996, p. 90)

Além do desvio de verbas, a necessidade de comprovação de renda mínima deixou muitas casas fechadas, enquanto inúmeras famílias continuavam nas ruas. Além disso, a situação das famílias que conseguiram a casa própria não era das melhores. Elas passaram do sonho ao pesadelo: os juros cobrados (chegaram a superar a taxa de 100%) deixaram muitas famílias inadimplentes e fizeram com que o saldo devedor se elevasse continuamente, chegando a triplicar o preço inicial da casa. Somado a tudo isso, a qualidade das moradias era ruim – geralmente situadas em lugares distantes, carentes de infra-estrutura, as casas eram muito pequenas e construídas com material de qualidade inferior ao mínimo desejável, uma vez que os conjuntos habitacionais eram “projetados a partir de uma visão meramente quantitativa e contabilista do problema que propõe colocar o máximo de famílias em habitações que representem o mínimo de gastos”. (Alves, 1993, p. 61).

Da mesma forma que as vilas operárias, os conjuntos habitacionais construídos pelo BNH não resolveram o problema da moradia. Mas o objetivo de tornar o trabalhador mais submisso por meio da propriedade da casa parece ter sido alcançado, já que o trabalhador deveria pagar as prestações por um longo tempo, ficando, assim, cada vez mais dependente do emprego.

O governo militar parecia ter muita clareza da meta a ser alcançada com tal política habitacional, como se pode observar no discurso do então ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos: “O proprietário pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedade alheia e tornar-se um aliado da desordem”. (Nassif apud Habert, 1992, p. 25)

Revela-se assim a essência da política: não a melhoria das condições de moradia do trabalhador, mas uma estratégia de conservação da sua situação de vendedor de força de trabalho e de diminuição do custo da mão-de-obra. Durante os 22 anos de existência do BNH foram financiadas cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais. Entretanto, apesar do número expressivo, o desempenho da política foi socialmente perverso pois, do total de unidades, somente 1,5 milhão (33,3%) foi destinado aos setores populares, e os programas alternativos (voltados

para famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades (5,9%). (Ribeiro e Azevedo, 1996)

A década de 1980 marcou a volta do regime democrático ao Brasil, que passou a viver dias de relativa esperança e liberdade. As mudanças foram muitas e, com relação à política habitacional, uma delas foi a extinção do BNH, ficando a Caixa Econômica Federal responsável pelo financiamento da casa própria; muitos conjuntos continuaram a ser construídos com recursos do FGTS e por meio de parcerias entre os governos federal, estadual e municipal.

A extinção do BNH não foi acompanhada de nenhuma medida voltada para o enfrentamento de seus problemas crônicos (baixo desempenho social, necessidade de reestruturação do STF, etc.). A substituição do BNH, um banco de fomento, pela Caixa Econômica Federal, um banco comercial, agravou ainda mais os problemas institucionais, especialmente, no referente aos financiamentos dos diversos programas de habitação popular. (Ribeiro e Azevedo, 1996, p. 90)

Com a volta das eleições diretas, o governo descobriu um outro lado das políticas habitacionais: a garantia de votos, a manutenção do poder político nas cidades. Ainda hoje, o agente financiador de tais políticas continua sendo a Caixa Econômica Federal, com algumas mudanças: além das linhas de crédito, que favorecem uma faixa da população que tem renda superior a três salários mínimos, há um forte estímulo a formas alternativas de construção, como a autoconstrução e o mutirão, no qual a busca de soluções baseia-se em solidariedade e muito esforço próprio.

Porém, o déficit habitacional continua elevado, gerando controvérsias entre os institutos de pesquisa. Revela-se assim o caráter implícito das políticas habitacionais: a necessidade da manutenção da crise habitacional para atender a interesses econômicos e financeiros de uma classe.

Uma demonstração de que o problema da moradia é estrutural na sociedade capitalista é a análise de Engels (1976, p. 173), no início do século XX, sobre a cidade de Londres. Em suas palavras:

Uma sociedade não pode existir sem crise habitacional quando a maioria dos trabalhadores só tem seu salário, ou seja, o indispensável para sua sobrevivência e reprodução; quando melhorias mecânicas deixam sem trabalho massas operárias; quando crises industriais determinam de um lado, a existência de um forte exército de desempregados e, de outro, jogam repetidamente na rua grande massa de trabalhadores; quando os proletários se amontoam nas ruas das grandes cidades; quando o ritmo da urbanização é tanto que o ritmo das construções de habitação não a acompanha; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem o direito de retirar de sua casa, os aluguéis mais elevados. Em tal sociedade a crise habitacional não é um mero acaso, é uma instituição necessária.

Engels mostrou muito bem a raiz do problema nas cidades, ou seja, a propriedade privada do solo urbano, a concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe, a exploração do trabalhador, situação que pouco se alterou na sociedade contemporânea.

Se o problema habitacional não pode ser resolvido, em função do que o próprio Engels nos mostrou, também é verdade que mesmo para aqueles que conseguem uma casa o direito à cidade não é garantido. Muito pelo contrário, o morador continua na luta pela cidade e, em alguns casos, pela manutenção da casa que ocupa. Portanto, tais políticas revelam-se estratégias de programação do morar e do cotidiano dos trabalhadores, uma programação que atende a interesses que se encontram distantes das famílias “beneficiadas”. É o terror da habitação programada que confina o trabalhador em casas todas iguais, distantes, de má qualidade e, porque não dizer, bem diferentes da casa que ele sonhou. A programação do morar é uma forma perversa de programar o cotidiano do trabalhador, contribuindo para a sua miséria.

Mas e o trabalhador que tem seu morar planejado, como ele se relaciona com esse espaço programado à revelia dele?

4. O TRABALHADOR E O ESPAÇO PROGRAMADO

A sociedade burocrática de consumo dirigido tem como uma de suas características a alienação do trabalhador, ou seja a separação entre

o trabalhador, os meios de produção e o produto do trabalho. De acordo com Bottomore (1993, p. 4):

Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica.

A alienação do trabalhador dá às cidades um perfil no qual se percebe nitidamente a alienação do espaço, uma vez que o espaço urbano, de acordo com Corrêa (1989, p. 9), é “a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.” Tal processo de alienação é uma barreira na conquista do direito à cidade, da construção da cidadania, da consciência de si enquanto sujeito histórico, da consciência de que a cidade ou o campo é o seu lugar.

A produção socializada e a apropriação privada da riqueza produzida exclui o trabalhador, que não se reconhece no produto do seu trabalho, no seu espaço, perdendo a noção de sujeito histórico capaz de transformar os rumos da sua vida. Um homem que já não conhece a si mesmo, nem ao outro. Uma mera mercadoria no reino do consumo. A sua relação com a natureza é, também, marcada pela necessidade de sobrevivência em uma sociedade que busca o lucro. Sendo assim, essa relação é marcada pela desigualdade e exploração. O trabalhador passa a ser mais uma mercadoria no reino da fetichização. Além de alienado do trabalho, das idéias, do lazer, do espaço, ele vive em uma sociedade na qual, segundo Santos (1996), os objetos são criados deliberadamente para o exercício da racionalidade, tornando-se – os objetos – estranhos ao homem, contribuindo para uma alienação que se manifesta em todos os níveis da vida – do global ao local. Esses objetos que o cercam, bem como os fluxos, têm origens e finalidades que vão além do lugar onde se encontram, como, por exemplo, os conjuntos habitacionais. Além de servirem para abrigar famílias, esses conjuntos servem também a outros

interesses, como já foi visto. Segundo o mesmo autor, “hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação.” (1996, p. 100)

Essa nova fonte de alienação invade o cotidiano de todos: o controle remoto da tv, o videocassete, o computador e tantos outros objetos são exemplos dessa fonte porque não são compreendidos pelo homem leigo, este apenas segue os passos determinados por seus manuais de instrução (quando consegue decifrá-los).

Os objetos que obedecem à lógica estranha do capital chegam até o trabalhador com seus manuais de instrução determinando como e onde usá-los, e este quase nunca consegue utilizá-los em sua plenitude. Aliado a tal fato, o fenômeno do *consumo dirigido* leva ao consumo de objetos que nem sempre são úteis para o consumidor, a necessidade é superada pela imposição do mercado. Às vezes o consumidor substitui a compra de gêneros alimentícios pela aquisição de mercadorias não tão necessários como a televisão, o aparelho de som, um eletrodoméstico. Os objetos invadem as casas dos trabalhadores, principalmente a televisão, um objeto que reforça a alienação do trabalhador.

O espaço também obedece a essa lógica de alienação e, programado, ele sugere comportamentos. Os caminhos a seguir, onde parar, onde morar, onde trabalhar, o que ocupar e como ocupar. Esse processo impõe barreiras à apropriação do espaço e à construção de identidades entre o habitante e o lugar que ocupa, reforçando o processo de estranhamento. O trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, o espaço, o que reforça sua alienação.

O homem passou, nesse contexto, a ser um mero figurante na sociedade burocrática de consumo dirigido, na qual as palavras perdem o sentido. Nessa sociedade a relação do homem com o lugar torna-se vazia de identidade própria, sendo este homem envolvido por uma cultura que lhe é estranha mas que é facilmente absorvida, consumida. Os programas de tv, as músicas, as novelas, as paisagens, a casa onde mora, tudo é marcado pela alienação.

A alienação, neste final de século, é reforçada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação, impondo um ritmo

alucinado de vida e dando a impressão de que tudo é efêmero e que jamais se alcançará a felicidade, o prazer, as mercadorias. Essa velocidade está presente no ciclo de reprodução do capital, criando novos fixos e fluxos, além de modificar os já existentes, e impondo uma nova racionalidade que tende a excluir cada vez mais pessoas do acesso às maravilhas do nosso tempo ou da compreensão da dinâmica global do final de século. O desenvolvimento tecnológico, que rompe definitivamente com o terror malthusiano da escassez, não resolveu os problemas enfrentados pelo trabalhador, uma vez que tal desenvolvimento está a serviço do capital, da sociedade de consumo, e cumpre muito bem o papel de criar novas mercadorias a cada dia. Isso contribui para o mal-estar generalizado que toma conta da vida moderna, o mal-estar do querer e do não ter, já que nunca se consome o suficiente – sempre há a imposição de uma nova "necessidade". Fica no ar uma sensação de que nunca se alcançará o tempo que corre desenfreadamente, os objetos que se renovam a cada instante, os fluxos que se intensificam, o saber que se renova todo dia. Tal fato é percebido na paisagem marcada pelos contrastes entre o moderno, o avançado tecnologicamente, e o arcaico (representado nos objetos e pela exclusão de muitas pessoas); o contraste da parabólica na favela, do carro de luxo nas estradas sem asfalto, da internet lado a lado com o analfabetismo.

O trabalhador, assim, reduz a produção de memória, já que tudo é muito rápido. Ele passeia pela cidade sem saber muito bem o que procura, possui inúmeros canais de televisão mas não se satisfaz com a programação, relaciona-se mais com máquinas que com pessoas, distancia-se do real e mergulha no virtual e no imaginário. Perdendo a noção dos fatos que acontecem cotidianamente, ele mantém uma relação de estranhamento com a natureza, com o espaço, com o outro, com ele mesmo. É a eterna busca da felicidade que, uma vez externada e programada, não é alcançada.

Pelas ruas programadas da cidade, o trabalhador, frustado diante do reino da mercadoria, segue vivendo o seu programado cotidiano. O cotidiano de hoje é definido por Carlos (1996, p. 93) da seguinte maneira:

O cotidiano hoje se empobrece no sentido em que cada vez mais está subordinado ao mundo das mercadorias, em que os sinais de *status* permeiam as relações, e o valor de troca subjuga e captura o sentido do uso. Nessa perspectiva o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores, etc. tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, de vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença.

E, sem dúvida, a cada dia o cotidiano apresenta-se mais controlado, mais programado, mais pobre. De todas as misérias do cotidiano, a programação do morar é uma das mais perversas, pois obriga o homem a ocupar um lugar no espaço de acordo com interesses que lhe são estranhos, impondo uma barreira no processo de reconhecimento do espaço pelo homem. O modo de morar assim programado aliena-o do lugar onde as relações cotidianas acontecem: a casa, o espaço privado. O Estado tem importante papel na programação do cotidiano quando adota estratégias como a construção de conjuntos habitacionais, programando o morar do trabalhador que é amontoado em bairros planejados onde todas as casas possuem o mesmo tamanho, a mesma cor, com ruas de traçado sempre reto, pouco espaço, falta de infra-estrutura e de áreas de lazer. A monotonia da igualdade e da repetição atentam contra a diferença e a riqueza da diversidade, impõem uma racionalidade previamente programada.

É a racionalidade da busca do lucro, da propriedade privada e da exclusão que comanda a organização do espaço urbano. Mas o trabalhador reage a essa racionalidade e luta pela sua sobrevivência material e espiritual. Assim, vai apropriando-se do espaço programado e, ao fazê-lo, produz o seu lugar, um lugar no qual nem tudo é programado.

5. O COTIDIANO E O IRREDUTÍVEL

Não é necessário um grande esforço para se observar que as estratégias de programação do morar e do cotidiano são, apesar de

impostas da forma como foi visto, transgredidas, rompidas ou modificadas. Além disso, há práticas que não são alcançadas pela programação. Trata-se do irredutível. Por exemplo, a bicicleta que ocupa a calçada; o carro que anda na contramão; o vendedor de bugigangas que ocupa as calçadas do setor comercial; a deturpação das idéias difundidas nos meios de comunicação; as ruas transformadas em lugar de festa; a igreja e os atos profanos que a negam na praça à sua frente; as pequenas mudanças na casa (um cômodo, um muro, a destruição total); as pichações nos muros; a destruição dos equipamentos públicos. Sem dúvida, não há uma estratégia com o poder de tudo programar, sempre haverá o irredutível, o não passível de programação, as contra-racionalidades. Conforme Santos (1996, p. 246):

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se contra-racionalidades.

A contra-racionalidade é um processo de sobrevivência, uma vez que as racionalidades têm muito pouco ou nada a ver com a realidade cotidiana do trabalhador, do "ator não beneficiado". As contra-racionalidades nada mais são que respostas a uma racionalidade desumana e cruel que obriga o trabalhador a se ajeitar no espaço do capital. Nesse processo, em algum momento, o trabalhador nega o capitalismo, através das ações de luta. É a luta cotidiana pela sobrevivência, para tornar a vida mais alegre, mais colorida, mais aconchegante ou, simplesmente, mais suportável. É o desafio constante a uma racionalidade que não resolve seus problemas, desafio que muitas vezes leva a atitudes extremadas marcadas pelo desespero e pela violência. Mas as contra-racionalidades também são a festa, as pequenas soluções para os desafios diários, atitudes cheias de paixão e de beleza, o irredutível como produto da contradição do espaço.

Carlos (1996) também nos fala sobre essas duas dimensões do cotidiano: o estranhamento, conforme foi descrito, e o reconhecimento

marcado pela riqueza existente na relação do trabalhador com o seu lugar de moradia, de trabalho, de lazer. Por mais alienado que o trabalhador seja, ainda assim ele se reconhece em algum momento, em algum lugar. Em suas palavras:

(...) de um lado o estranhamento – como produto da perda dos referenciais de vida e a criação de novos padrões universais – e de outro o reconhecimento – como produto da constituição de identidades espaciais que se gestam no plano do vivido. Isto é, coloca-se como fundamental que nos interstícios, no plano da vida, nem tudo foi completamente modelizado, cooptado, homogeneizado. (1996, p. 66)

O reconhecimento é um processo, assim, de grande importância no caminho da transformação ou superação da atual sociedade. É aí que está a riqueza: a construção do lugar a partir da relação entre o trabalhador alienado e o espaço programado no qual ele vive. Mesmo diante de uma racionalidade tão duramente imposta, o trabalhador consegue imprimir suas características no espaço, buscando alternativas para conviver com o que nem sempre lhe é útil ou favorável. Pequenas mudanças, pequenos questionamentos que às vezes brotam de uma conversa em um bar, ou quando assiste à televisão; é no cotidiano que o trabalhador formula e executa ações, uma vez que, de acordo com Heler (1992, p. 17):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

A resistência, a insistência em não se deixar levar pela primeira onda, a necessidade de manter vivos relações de afeto e valores que a sociedade já descartou podem ser exemplificados nas relações de vizinhança, no bate-papo na calçada, na novena, no ócio.

Também com a casa a relação pode ser de reconhecimento, a partir do momento em que o morador modifica-a para atender as suas necessidades. Não é possível seguir os padrões de organização dos móveis tal qual se mostra na tv, mas dá para criar um estilo a partir daí, com o que se tem, que não é tanto quanto o mostrado, ou o programado, mas que traz à casa uma identidade com o morador. Haveria aí uma relação de identidade, uma contra-racionalidade.

Ferrara (1993) lembra que moradia não é, apenas, um espaço físico, mas se confunde com a família e sua composição, tem sentido de estabilidade. Assim, são diversas as formas de apropriação da casa, o que origina diferentes lugares e rompe com a programação, com a busca da homogeneidade, com a idéia de um conjunto com as casas todas iguais. Esta é uma característica que se faz presente em todos os lugares e no cotidiano de todos os trabalhadores. Por exemplo, as flores de plástico imitam as naturais (caras demais para serem consumida cotidianamente pelo trabalhador), mas nem por isso perdem a função. A falta de espaço da casa é compensada por cômodos improvisados. A casa dos sonhos encontra sua possibilidade e, na medida do possível, realiza-se nos móveis, nos enfeites, no dia-a-dia. O morador busca a identidade, a segurança, a intimidade, a privacidade com a casa que se modifica, refletindo um pouco do seu universo.

Lefebvre (1976) mostra, também, um outro lado do cotidiano: a grandeza, com a apropriação do espaço, do tempo, da casa; a luta entre o programado e o homem, uma dialética do cotidiano. De acordo com o autor, o cotidiano apresenta dois quadros:

Primeiro quadro: miséria do cotidiano, com trabalhos enfadonhos, as humilhações, a vida da classe operária, a vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade (...) É o reino do número (...) o repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento dos desejos, da mesquinha avareza. Segundo quadro: grandeza do cotidiano, com sua continuidade. A vida incompreendida: a apropriação do corpo, do espaço tempo, do desejo. A moradia, a casa (...) A reprodução das relações essenciais, o *feedback* já mencionado e as ideologias, o lugar das lutas entre a cultura e a

atividade produtora, entre o conhecimento e as ideologias, o lugar das lutas entre sexos, gerações, grupos, ideologias. (1976, p. 155)

Desta forma, por mais que a sociedade burocrática de consumo dirigido programe o cotidiano e o morar do trabalhador com o objetivo de mantê-lo preso à sua condição de alienado, há uma revolução cultural permanente contra o terrorismo, presente na riqueza do cotidiano. É a metamorfose causada no espaço pelo processo de apropriação da casa, do bairro, da cidade – o lugar do trabalhador. É na luta cotidiana da apropriação da casa, do bairro, que se revelam faces ocultas, desejos secretos, o irredutível.

A sobrevivência do trabalhador das cidades brasileiras é marcada pela riqueza da diversidade cultural, pelos contrastes e sonhos dos trabalhadores. São exatamente a diversidade cultural e as diferenças entre as cidades que dão identidades a elas. Nas cidades pequenas e médias o ritmo é mais lento que nas grandes, o que pode facilitar a construção da identidade. Nelas, a apropriação do espaço pelo trabalhador revela traços mais tradicionais e acentua-se a contradição entre o moderno, o pós-moderno e o pré-moderno.

Os lugares revelam estratégias cotidianas de sobrevivência. O reconhecimento, a apropriação do espaço, do bairro, da casa são práticas que rompem com a programação, mesmo que o trabalhador não tenha consciência de tal fato. A percepção da construção dos lugares pelos trabalhadores, a partir de uma programação imposta, pode fornecer elementos que auxiliem na compreensão da sociedade urbana e apontem caminhos a revolução urbana, a conquista da cidadania e a superação da sociedade burocrática de consumo dirigido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Júlia F. *Metrópoles, cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992.
- BOTTMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Ática, 1993.

- CAVALCANTI, Lana de S. *A construção de conceitos geográficos no ensino*. Uma análise de conhecimentos geográficos em alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1990.
- _____, Ana Fani. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____, Ana Fani. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____, Roberto Lobato. Espaço – um conceito-chave na geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo e CORRÊA, R. Lobato (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ENGELS, Frederic. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HERBERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1983.
- _____, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____, Henri. *Espacio y política*. Madrid: Península, 1976.
- _____, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- RODRIGUES, Arlete M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1989.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de. *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.